

50 anos de abril em Portugal: uma revolução de veludo?

50 years of April in Portugal: a velvet revolution?

André Vianna Dantas*

Resumo

A Revolução dos Cravos marcou, na Europa, o fim do ciclo revolucionário aberto em 1917 pela Revolução Russa. Desdobrada de um levante militar desencadeado pelo oficialato subalterno das Forças Armadas portuguesas, pôs fim a uma ditadura fascista e colonialista de quatro décadas e fez de Portugal um caso único nos processos de “transição democrática” da segunda metade do século XX, posto que a sua origem foi revolucionária e não pactuada. A partir de amplo panorama do PREC (Processo Revolucionário em Curso), o artigo pretende evidenciar esta ruptura revolucionária que, embora sustada, foi diretamente responsável pela qualidade da “democracia portuguesa” desde então. Ao fim, apontamos a reconstrução da unidade da classe trabalhadora e do seu partido revolucionário como uma exigência histórica de *abril* para o tempo atual.

Palavras-chave: Revolução dos Cravos; democracia; transição; luta de classes

Abstract

In Europe, the Carnation Revolution marked the end of the revolutionary cycle opened in 1917 by the Russian Revolution. It was the result of a military uprising triggered by junior officers in the Portuguese Armed Forces. It put an end to a four-decade fascist and colonialist dictatorship and made Portugal a unique case in the processes of “democratic transition” in the second half of the 20th century, since its origin was revolutionary and not agreed upon. Based on a broad overview of the PREC (The Ongoing Revolutionary Process) [Processo Revolucionário em Curso], the article aims to highlight this revolutionary rupture which, although halted, has been directly responsible for the quality of “Portuguese democracy” since then. In the end, we point to the reconstruction of the unity of the working class and its revolutionary party as a historical requirement of *April* for the present time.

Keywords: Carnation Revolution; democracy; transition; class struggle

* Professor e pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV)/Fiocruz.
E-mail: andre.dantas@fiocruz.br

Introdução

*Eu vi este povo a lutar
Para sua exploração acabar
Sete rios de multidão
Que levavam a história na mão
(Eu vi este povo a lutar (Confederação) – canção de José Maria Branco)*

O caso português é único na história das “transições” democráticas dos últimos 50 anos. Neste país, diferentemente de Grécia, Espanha e um conjunto de experiências latino-americanas (Loff, 2022), a ruptura institucional (e não a transição pactuada) esteve na origem do desenrolar subsequente, que se deu também no sentido da estabilização de um regime democrático-liberal. Assim, se o resultado da luta revolucionária, em contraste com a disposição das classes dominantes de sustar o processo, por um lado, significou a derrota da revolução; por outro, parece ter imposto a estas mesmas classes dominantes um desvio ao centro do espectro político e um conjunto significativo de concessões para a emergência de um *Estado social* tardio, como se plasmará na Constituição de 1976 e nas políticas sociais que promoveram importante mudança de patamar civilizatório para o povo português.

A particularidade do processo revolucionário português também reside noutras razões: a) foi a última revolução europeia, justo no momento do ocaso do ciclo revolucionário aberto em 1917; b) tratou-se de fato de uma ruptura política seguida de enfrentamento direto à propriedade privada e ao latifúndio, sem nenhum derramamento de sangue, praticamente; c) o mesmo Portugal revolucionário, até antes do abril de 1974, liderava um império colonial ultramarino violento, racista e anacrônico; d) a uma revolução não-violenta correspondeu uma contrarrevolução também não-violenta – ou mesmo a não ocorrência de uma contrarrevolução, como polemicamente sustenta Rosas (2022).

Mas o que talvez tenha tornado de fato a Revolução do Cravos um caso *sui generis* (Secco, 2005) diz respeito à forma que assumiu e aos agentes que nela marcaram seu protagonismo. Estamos falando de um processo revolucionário na sequência de um levantamento militar perpetrado por camadas médias dissidentes do oficialato pertencente às mesmas forças armadas que mantiveram de pé a ditadura do Estado Novo (1933-1974) português durante décadas – quebrando dessa forma o monopólio da violência de Estado e fazendo o regime ruir. Como se sabe, a nervura do processo passava pela recusa da dispendiosa, violenta e infame Guerra Colonial (1961-1974) – levada a cabo, no terreno, pelas mesmas frações médias do Exército que protagonizaram a deposição do ditador Marcelo Caetano (que sucedera Salazar, incapacitado este em 1968 e falecido dois anos mais tarde).

Por fim, a conjugação da forte crise econômica que se abatera sobre o capitalismo internacional mais marcadamente desde 1973, com a primeira crise do petróleo, e que trouxera sérias consequências econômicas para o país (Amaral, 2016), junto dos imensos gastos impostos por uma guerra que já não poderia ser vencida (Spínola, 1974; Rodrigues, Borga e Cardoso, 1974) –, além do consequente isolamento internacional de Portugal como um dos dois únicos exemplares renitentes (o outro era a vizinha Espanha) de regimes fascistas no continente europeu –, conformou o cenário no qual as

frações médias do oficialato decidiram intervir, deixando a porta aberta para os trabalhadores assumirem, em conjunto, expressivo protagonismo revolucionário desde os momentos iniciais da derrubada da ditadura.

1. De abril (1974) a novembro (1975): avanço, reação e acomodação

“A democratização de Portugal, a agonia do fascismo, não surgiu na madrugada de 25 de abril”. Assim iniciam o primeiro volume de uma importante trilogia sobre a revolução portuguesa os jornalistas Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso (1974). A constituição do Movimento das Forças Armadas (MFA), no segundo semestre de 1973, e o papel decisivo que desempenhou durante e depois do 25 de abril, a começar pelo derrube do governo de Marcelo Caetano, não pode ser compreendido como fator isolado a determinar o curso dos acontecimentos. Se por um lado o ineditismo da ação das forças armadas contra o regime que por décadas defendeu guarda suas próprias determinações, por outro, o movimento dos capitães acelera e radicaliza o acúmulo de luta social contra o regime que os trabalhadores portugueses (com destaque para os segmentos mais jovens, especialmente do setor de serviços), o movimento estudantil e suas organizações, legais ou clandestinas, já vinham produzindo. (Rosas, 2022) Ademais, como elemento novo, desta efervescência brotaram também, nos anos 1970, um sem-número de organizações revolucionárias, dispostas a enfrentar a ditadura pelas armas. (Carmo, 2017) Como atesta Rosas:

Este forte ativismo antifascista e anticolonialista, apesar de sua pulverização e das suas contradições internas, teve uma importância crucial na preparação das condições políticas, sociais e de opinião pública que viabilizaram a preparação do movimento militar contra o regime. Foi dessa hegemonia ideológica e cultural, desse ambiente de tensão política por ela criado, que pôde emergir e consolidar-se a conspiração dos capitães. (Rosas, 2022, p. 18)

No que diz respeito às bases materiais do colapso do regime, a crise econômica internacional dos anos 1970 veio se somar à já difícil situação das finanças portuguesas em função dos altos custos da guerra colonial. As margens de manobra do governo ficaram ainda mais prejudicadas, restando como recurso o aumento da repressão e da violência sobre as movimentações de rua e lideranças sindicais e estudantis – o que por sua vez retroalimentou a luta política em favor do fim do regime. (Rosas, 2022)

Formado em sua maioria por oficiais de baixa e média patente, com destaque para os capitães, o MFA se organizou, em princípio, por uma questão corporativa, ligada à ascensão na carreira militar. Para atender às necessidades da Guerra Colonial, que exigia uma cada vez mais numerosa tropa nos territórios de conflito, a formação de oficiais médios com a tarefa de comando desse contingente crescente de soldados tornou-se uma urgência, ainda mais agravada pelo desinteresse da juventude pela Academia Militar – caminho clássico de formação de oficiais do quadro permanente. A solução encontrada pelo governo português foi a de lançar mão dos milicianos, militares não pertencentes ao quadro permanente, formá-los mais ligeiramente e promovê-los aos postos carentes do oficialato médio. Este mecanismo foi incrementado pelo polêmico decreto 353, de 13 de julho de 1973, que franqueava aos oficiais milicianos a possibilidade de progredir na carreira militar de forma acelerada, pondo de lado o critério de antiguidade que até então pautava as promoções. A recepção desta medida entre os oficiais médios do quadro permanente foi a pior possível, como se pode

imaginar. A indignação explodiu e logo dois meses após, em setembro, ocorreu nos arredores de Évora a primeira reunião, clandestina, que marcou o início do que ficaria conhecido como MFA. (Rosas, 2022; Secco, 2005)

Mas em verdade o fundo da questão efetivamente passava pelo alto preço político, material e humano a se pagar por uma guerra que não poderia mais ser vencida, nem militar nem moralmente. Era urgente uma saída política para o conflito com os movimentos armados pela independência de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. A recusa de Marcelo Caetano em administrar o fato político e insistir no tratamento da guerra como questão puramente militar conformou o ambiente para a ruptura da ordem de sustentação do regime, isolando-o politicamente ainda mais – o que ajuda a explicar a certa tolerância por parte do alto oficialato com a ação subversiva dos capitães.

Mas, evidentemente, esta relativa aceitação de uma solução de força para pôr fim ao impasse claudicante em que o regime se colocara não estava privada de disputas internas e linhas de força frontalmente opostas entre os próprios militares, pelo protagonismo das ações. Prova disso, em meio à subida da temperatura política quando da generalização do descontentamento entre a oficialidade média, no verão de 1973, foi a demarcação pública que os generais Costa Gomes e António de Spínola,¹ respectivamente chefe e vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), não hesitaram em fazer diante da postura intransigente de Marcelo Caetano. (Rosas, 2022) Não será outro senão este ambiente agônico que Spínola escolherá, em março do ano seguinte, para lançar o seu célebre livro *Portugal e o futuro* (1974), no qual declara uma vez mais, com pose de estadista, a divergência com o governo a que ainda serve – mas contra o qual conspira –, lançando-se com força na tentativa de liderar a ruptura iminente e, sobretudo, controlar e conter o processo de descolonização em curso. Não à toa Spínola, uma vez convocado pelas lideranças do MFA para o ato da deposição de Marcelo Caetano – a pedido deste (Reis, 2018) –, desempenhará na sequência, não sem tensões e conflitos, um papel, ora velado ora explícito, de contenção e boicote ao MFA. É verdade que ninguém poderia ter antecipado a profundidade da ação revolucionária das massas após o derrube de Marcelo Caetano, mas também é verdade que Spínola se oferecia como alternativa conservadora para a ruptura, intuindo alguma radicalidade que pudesse brotar da ação da média oficialidade combinada à efervescência política que o país experimentava. Por sua vez, a radicalização do MFA (embora não homoganeamente) é tributária daqueles tempos de aceleradas mudanças e avanço de consciência protagonizados pelos trabalhadores e pelos estudantes portugueses.

¹ Spínola retornou a Portugal em 1973, depois de exercer o cargo de governador da Guiné, desde 1968. Cedo se colocou na defesa dos interesses dos colonos brancos e, portanto, contrário aos movimentos independentistas das colônias portuguesas – ainda que se posicionasse a favor do fim da Guerra Colonial. Este será o tema principal do seu conflito com o MFA. (Rodrigues, Borge e Cardoso, 1976) Francisco da Costa Gomes fora comandante da 2ª Região Militar de Moçambique entre 1965 e 1969 e entre 1970 e 1972 exerceu o mesmo cargo em Angola. Ainda em 1972, de volta a Portugal, assumiu a chefia do CEMGFA, tornando-se desde então a mais importante autoridade militar do governo de Marcelo Caetano. Tal como Spínola, Costa Gomes defendia uma saída política para a guerra colonial. (Rosas, 2022)

Deposto Marcelo Caetano, o processo político que se seguiu até o 25 de novembro de 1975 foi marcado pela instabilidade provocada por disputas intestinas que envolveram as próprias forças armadas, por óbvio, o movimento popular, os partidos políticos, à esquerda e à direita, a burguesia interna e externa e a comunidade internacional – atenta e mobilizada. Neste ano e meio se constituíram e se desfizeram, ao todo, seis governos provisórios (GPs). Seguindo a linha de Maria Inácia Rezola (2022), diríamos que o processo revolucionário pode ser dividido em três fases.

1.1. Primeira Fase (I e II GP)

Este período vai de maio a setembro de 1974 e é marcado por uma “explosão reivindicativa sem precedentes”.² (Rezola, 2022, p. 51) Coube a António Spínola a presidência da República nos dois GPs que se sucederam, inicialmente. Sua escolha para o cargo representou já uma primeira tensão com o MFA, uma vez que no seu Programa³ os capitães atribuíram à Junta de Salvação Nacional (JSN) – um organismo político-militar criado para zelar pela fiel implementação do Programa e gerir a transição até o momento da promulgação da nova Constituição (Rezola, 2016a) – o papel de indicação do presidente da República, a ser escolhido entre os seus membros. Sua composição deveria contar com sete oficiais militares: dois da Armada, dois da Força Aérea e outros três do Exército. Além desta exigência, havia outras duas: o nome escolhido deveria, primeiro e obrigatoriamente, tornar-se presidente da própria JSN, além de pertencer às fileiras do Exército. Nas reuniões do MFA, ainda antes da deposição de Marcelo Caetano, realizadas em Óbidos e Cascais, ficou estabelecido que a presidência da JSN caberia a Costa Gomes – o que o levaria, automaticamente, ao cargo de presidente da República quando do início da transição –, ficando para Spínola o comando supremo das Forças Armadas (FA). Ao fim das contas, por modéstia ou recuo tático voluntarista de Costa Gomes, combinados à ambição de Spínola, os papéis se invertiram. (Rezola, 2016a) Ademais, também estava previsto no Programa do MFA que ao presidente da República caberia a escolha e nomeação do primeiro-ministro. Eis que Spínola mostra sua força: depois de recusar dois nomes indicados pelo MFA, nomeia o jurista e professor universitário Adelino da Palma Carlos para o cargo.⁴

² Na descrição mais detalhada de Rosas, podemos ler que “após as gigantescas manifestações do 1º de maio, desencadeia-se o movimento de manifestações, greves e ocupações de empresas, dos sindicatos nacionais, das câmaras municipais, das casas devolutas, a eleições por todo o lado das comissões de trabalhadores e de moradores. O golpe militar dá lugar à Revolução Portuguesa de 1974-1975”. (Rosas, 2022, p. 40-41)

³ O Programa do MFA é um capítulo à parte. Como documento de transição, funcionou tanto no plano imediato, para o “desmantelamento dos organismos e das instituições do regime deposto; a amnistia dos presos políticos; o restabelecimento das liberdades fundamentais” (Rezola, 2022, p. 54), como estabeleceu diretrizes de médio e longo prazos para políticas econômicas e sociais favoráveis aos trabalhadores, além de reconhecer o direito dos povos à autodeterminação e estabelecer prazo de 12 meses para a realização de eleições com vistas a uma Assembleia Nacional Constituinte. (Neves, 1975)

⁴ Rodrigues, Borga e Cardoso oferecem uma boa caracterização do escolhido: “[...] Spínola, ligado ao grande capital, prefere seguir a sugestão de seu amigo Fernando Olavo (professor de Direito, muito ligado às administrações de grandes empresas) e decide convidar o professor Adelino da Palma Carlos (homem de ideias liberais, mas advogado caro e muito apreciado

Este primeiro embate, vencido por Spínola, garante-lhe força e estímulo para arriscar um novo passo. Todo o seu empenho se dirigia para a dissolução do MFA ou no mínimo para o seu enfraquecimento como ator principal do processo. Mas para compreendermos as manobras de Spínola com este intento, é preciso darmos um passo atrás e observarmos a estrutura de poder que o MFA havia erigido a partir do seu programa:

No esquema constitucional provisório previsto pelo Programa do MFA [...] as responsabilidades no período da transição eram repartidas por um órgão militar designado pelo MFA (JSN), um órgão civil (Governo Provisório) e um órgão misto (Conselho de Estado), prevendo ainda a existência de uma Assembleia Constituinte e dos tribunais. Nenhum lugar era reservado ao MFA, porque a sua ideia era a de delegar o poder que conquistara pela força das armas. (Rezola, 2016b, p. 223)

Concebida como salvaguarda do cumprimento do Programa do MFA e portadora de poderes constituintes até a promulgação da nova Constituição, em harmonia com o Governo Provisório cuja tarefa de instituir era sua, a JSN, sob a presidência do general Spínola, muito rapidamente fez crer às lideranças do movimento que havia grave risco de não cumprimento do papel para o qual havia sido pensada. A cartada do MFA para sustar as manobras de Spínola foi a revitalização da Comissão Coordenadora do Programa (CCP) ainda em fins de abril de 1974.⁵ Sem constituição formal, nem tampouco reconhecimento legal (posto que o lugar desta *legalidade* era ocupado pelo poder revolucionário em ato), tornou-se imediatamente um potente agente político a rivalizar com a JSN.

No texto original do Programa do MFA, que institui a JSN, inclusive, o Conselho de Estado (CE) – existente na Carta de 1933, do Estado Novo, mas que seria preservado enquanto estrutura nos governos de transição – era apenas mencionado, na seção “Medidas a curto prazo”, como lugar a ser ocupado, entre outros, por todos os membros da Junta, com exceção do seu presidente, que seria também presidente da República. E nada mais é dito sobre o referido conselho. A lei n.º 3, de 14 de maio de 1974, que teve o papel de constitucionalizar o Programa do MFA, em primeiro lugar, eleva o CE a um *status* que até agora pertencia à JSN (exercer os poderes constituintes até a promulgação de uma nova Constituição, sancionar os diplomas do Governo Provisório, zelar pelo cumprimento das normas constitucionais etc.). Em segundo lugar, estabelece como função adicional do presidente da República – que já presidia a JSN –, a presidência do CE. Por fim, o artigo 12º da referida lei determina que a composição do Conselho deve ser a seguinte, no total de 21 membros: “a) os membros da Junta Nacional de Salvação; b) Sete representantes das forças armadas; c) Sete cidadãos de reconhecido mérito, a designar pelo Presidente da República”. (Neves, 1975, p. 62) Na sequência a lei garante que a indicação dos nomes dos sete representantes das forças armadas caberia exclusivamente ao MFA. Desse modo, ao mesmo tempo que o movimento se institucionalizava no poder de Estado, diluía-se na maioria, sob o controle do general Spínola. Isto porque, embora

como consultor jurídico de conselhos de administração, e presidente de uma grande companhia”. (Rodrigues, Borga e Cardoso, 1976, p. 13)

⁵ Originalmente a comissão foi criada em 9 de setembro de 1973, no encontro de Alcáçovas, quando o MFA ainda se estruturava. (Rezola, 2016b)

[...] os elementos da Junta [fossem] mandatários do MFA, [...] é o Conselho de Estado que os substituiu; alguns elementos da Junta exercerão os cargos de chefes dos Estados-Maiores dos três ramos (diz o Programa), mas é a Junta que escolhe os chefes dos Estados-Maiores (dizem as disposições transitórias); dois terços do Conselho de Estado exercem a função por inerência de cargos, mas é Spínola que substitui qualquer conselheiro, em caso de impossibilidade física permanente. Na letra da lei estava consumado o primeiro golpe de Estado. (Rodrigues, Borga e Cardoso, 1976, p. 15)

O desfecho dessa manobra foi a primeira tentativa de inflexão à direita patrocinada por Spínola, com o “Plano Palma Carlos”, que previa a aprovação de uma Constituição Provisória e a antecipação das eleições para a presidência da República, a ocorrer antes mesmo das legislativas, de modo a reforçar o poder tanto do primeiro-ministro como do presidente. (Rezola, 2016b) A tentativa de Spínola foi rechaçada pelo CE, por demasiado explícita, provocando a queda de Palma Carlos. Por certo, a composição ministerial eclética desta experiência inicial de governo – de modo a seguir as determinações do Programa do MFA de contemplar variados “grupos e correntes políticas” identificadas com o seu ideário (Neves, 1975, p. 43) – foi responsável por grau considerável de descoordenação do Executivo, mas que apenas em parte pode explicar a intenção centralizadora de Spínola.

O II Governo Provisório instaura-se em 17 de julho, tornando patente o fortalecimento do MFA no embate com Spínola e as forças que o general representava.⁶ O movimento assume presença majoritária na composição do governo (7 ministros), com predomínio do setor considerado moderado do movimento⁷ – a despeito de no seu programa ter preconizado um “governo provisório civil”. (Neves, 1975, p. 43) Para além, assume ainda o posto do primeiro-ministro, para o qual foi nomeado o coronel

⁶ “Ao nível do poder económico, ao qual o 25 de Abril não tinha dado a mais pequena beliscadura, Spínola contava com os maiores apoios. Os dois grandes blocos dos Melos e de Champalimaud esqueceram por momentos as rivalidades de morte e unem-se para apoiar o seu homem forte, avalizando à partida a proteção do capitalismo internacional [...]. O grande capital internacional também estava disposto a jogar neste homem forte, que lhe daria oportunidade de recolonizar os territórios africanos, quando terminasse a guerra”. (Rodrigues, Borga e Cardoso, 1976, p. 16)

⁷ Dois nomes podem ser considerados como os mais expressivos desta ala moderada: o tenente-coronel [Manuel Rodrigues] Vítor Alves e o major [Ernesto Augusto de] Melo Antunes. Ambos se destacarão no exercício do seu papel político, no interior do MFA e também nos governos provisórios que se seguirão. O primeiro, tendo ingressado no movimento em outubro de 1973, logo assumiu papéis importantes, passando a integrar, depois do 25 de abril, a Comissão Coordenadora do Programa (CCP), tendo sido também ministro em alguns dos GPs. (Cervelló, 2016a) Melo Antunes está entre os quadros mais bem formados do MFA. Foi o autor de importantes documentos programáticos do período. Sua atuação ainda seria muito notada até o desfecho do processo revolucionário em 25 de novembro de 1975. Ocupou uma cadeira no Conselho da Revolução até a sua extinção, em 1982. (Rezola, 2016c)

Vasco Gonçalves.⁸ O Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Socialista (PS),⁹ que integram até o momento os GPs, mantêm-se representados no governo.¹⁰ As forças que evidentemente perderam espaço neste rearranjo, e que davam base a Spínola e Palma Carlos, pertenciam aos partidos de centro-direita. (Telo, 2016a)

Pode-se dizer que o embate fundamental entre Spínola e o MFA neste período – na sequência dos momentos imediatamente anteriores ao levante do 25 de abril – diz respeito à questão colonial. Não por coincidência, é marca do II GP o desenrolar acelerado da descolonização,¹¹ forçosamente, inclusive, tendo sido admitido por um Spínola, parcialmente derrotado, o princípio da autodeterminação dos povos, sem senões.¹² No entanto, nos bastidores, o general, enfraquecido, tentava boicotar o processo.¹³ Outros dois elementos conjunturais dão os contornos do segundo momento desta primeira fase, indicando a significativa guinada à esquerda na correlação de forças desde a queda de Palma Carlos: “a rápida deterioração econômica, a fuga de capitais e o crescimento dos movimentos sociais de base ligados às ocupações, saneamentos e sequestros de administrações de empresas”.¹⁴ (Telo, 2016a, p. 275)

Spínola, vendo seu poder de influência diminuído no governo, sobretudo após uma tentativa fracassada de forçar a demissão de Vasco Gonçalves – que intensifica

⁸ O coronel Vasco [dos Santos] Gonçalves foi outra das personagens militares de relevo do MFA e da Revolução. Sua aproximação do MFA se deu a partir de dezembro de 1973, tendo participado, de início, do grupo responsável pela elaboração do programa do movimento e também da CCP. Durante o PREC, ocupou o cargo de primeiro-ministro, ininterruptamente, do II ao V Governo Provisório. Foi participante ativo e também testemunha do auge e da derrota do processo revolucionário. Foi posto na reserva a 10 de fevereiro de 1976. (Cervelló, 2016b)

⁹ O PCP era a maior e mais importante força da esquerda comunista de então. Fundado em 1921 – e mesmo que na clandestinidade entre 1926 e 1974 –, era detentor de importantes bases políticas populares, entre os trabalhadores urbanos e o campesinato. (Madeira, 2016) O PS foi fundado em abril de 1973, na Alemanha, por militantes oriundos de Portugal e de diversos núcleos, no estrangeiro, da Acção Socialista Portuguesa. (Reis, 2016)

¹⁰ Álvaro Cunhal (PCP) e Mário Soares (PS) foram as principais lideranças dos dois mais representativos partidos da esquerda de então.

¹¹ A 27 de julho, o II GP faz publicar a lei n.º 7/74, “que reconhecia o direito dos povos à autodeterminação e a concessão imediata de independência aos territórios coloniais”. (Rezola, 2022, p. 63-64)

¹² Neste mesmo ano de 1974, em seu *Portugal e o futuro*, Spínola admitira a autodeterminação dos povos, mas evado de dubiedades que abriam muitas portas para a relativização do princípio. Afirmava que a solução da crise passava pela aceitação de três princípios, sendo o primeiro deles o direito à autodeterminação. Mas continuava: “[...] sendo no seu respeito que haveremos de, *pela via da comunidade, construir a verdadeira unidade*, capaz de resistir às vicissitudes do presente. E este princípio aponta decisivamente para uma *autonomia progressiva*, em clima de crescente expressão das instituições africanas”. (Spínola, 1974, p. 56; ênfase adicionada)

¹³ “Spínola alimentava a secreta esperança de uma ‘Commonwealth’ controlada por Lisboa (ou melhor, pelo grande capital) e fazia esforços para preparar o referendo que lhe daria hipóteses garantidas”. (Rodrigues, Borga e Cardoso, 1976, p. 29)

¹⁴ “O movimento grevista se alastra [...]. A partir de julho de 1974 dão-se dezenas de casos de sequestro de administrações, cercadas nas próprias instalações da empresa pelos trabalhadores, que não as deixam sair [...]. Nas Universidades, nos órgãos de comunicação social e na administração decorre igualmente uma vaga de saneamentos que partem de movimentações de base”. (Telo, 2016a, p. 276-277)

sua aproximação com o PCP a passos largos –, além de minguido o seu controle sobre o poder militar, tenta uma cartada final: articula com zelo ao longo de semanas uma manifestação popular, para 28 de setembro, em Lisboa, do que seria uma “maioria silenciosa” contrária aos rumos do processo político em curso e capaz de mostrar a sua força.¹⁵ Dos confrontos de rua que provavelmente ocorreriam entre esquerda e direita emergiria o golpe concebido pelo general: a decretação do estado de sítio e a demissão do primeiro-ministro. O fracasso foi completo: os próprios trabalhadores que protagonizavam greves, ocupações, saneamentos e sequestros se encarregam de montar bloqueios aos acessos à cidade, impedindo a passagem dos manifestantes que se aventurassem. O pedido de demissão de Spínola veio na sequência de uma última tentativa de mobilizar o COPCON¹⁶ para o desmonte das barricadas – o que é expressamente recusado por Costa Gomes, sob a alegação de que muitos militares estavam, eles mesmos, mobilizados a favor dos bloqueios. (Telo, 2016a) Ato contínuo, o mesmo Costa Gomes é eleito presidente da República pela JSN já saneada dos elementos spinolistas.

1.2. Segunda Fase (III GP)

O notório fortalecimento do MFA no embate com Spínola é a resultante fundamental que abre este novo período do processo revolucionário, iniciado em 30 de setembro e que durará até a uma nova (e última) tentativa de golpe deste general, em 11 de março de 1975, a partir de quando se marcará um ponto de inflexão no PREC com a formação do IV GP, em 26 de março daquele ano. Antes, porém, observemos as divisões internas do MFA, que vão se agudizando em meio ao seu protagonismo crescente.

A combinação do avanço das lutas populares – que também se pode compreender como resistência ao golpismo renitente da burguesia – com o agravamento da crise econômica em função da fuga de capitais e da diminuição dos créditos externos, é a base material que permite compreender a guinada à esquerda do PREC a partir de então. Essa tem no primeiro-ministro (do MFA), Vasco Gonçalves, no PCP – crescentemente aproximados – e nas organizações de extrema-esquerda as mais significativas expressões.

Três foram os projetos que assumiram a expressão máxima da radicalização deste período e, por isso, sofreram forte oposição dos setores moderados do próprio

¹⁵ Por ocasião do reconhecimento da independência da Guiné, em 10 de setembro, ameaçou o general, diante das câmeras de televisão: “A maioria silenciosa do povo português terá pois de despertar e de se defender activamente dos totalitarismos extremistas que se digladiam na sombra. [...] A consentir-se um clima anárquico de reivindicação incontrolada [...] o País mergulhará no caos económico e social, que só a sectores minoritários poderá aproveitar. A responsabilidade que assumi perante a Nação impõe uma tomada de posição, perante o abuso de liberdade de alguns, em degeneração flagrante da liberdade de todos. [...]. É chegado o momento de o País acordar. [...]. Chegou a hora de se assumirem e de se exigirem responsabilidades, saneando por igual o dirigente inepto ou corrupto, o funcionário venal, o trabalhador parasita e improdutivo e o político oportunista, autocrático ou demagogo”. (Spínola *apud* Rodrigues, Borga e Cardoso, 1976, p. 84)

¹⁶ Segundo Cervelló, “o Comando Operacional do Continente (COPCON) foi instituído em 8 de julho de 1974 para que as Forças Armadas pudessem garantir o cumprimento do programa do MFA (DL n.º 310/74). O ponto de partida deste organismo foi o comando operacional que Otelo Saraiva de Carvalho criou na Pontinha no 25 de Abril. Esta estrutura manteve-se e ficou, sem ser legalizada, sob a autoridade da Junta de Salvação Nacional (JSN)”. (Cervelló, 2016c, p. 203)

MFA, além de tornar evidente o papel mantenedor/restaurador da ordem capitalista, num travo social-democrata, exercido pelo PS: 1) o estabelecimento da unicidade sindical; 2) as nacionalizações da banca, das seguradoras e de setores estratégicos da economia e dos serviços e 3) a reforma agrária. (Telo, 2016b) No que tange ao primeiro ponto, a intenção de substituir por completo a estrutura sindical fascista-corporativa do Estado Novo – ordenada por profissões, pulverizada e carente de qualquer grau superior de organização capaz de produzir unidade de ação entre os trabalhadores (Rodrigues, Borga e Cardoso, 1976) – já se apresentava como questão de elevada importância desde os momentos iniciais da revolução. Não por isso, no entanto, deixava de se tratar de tema espinhoso, uma vez que estava em jogo o trabalho político junto às massas trabalhadoras organizadas. Trabalho este solidamente construído pelos comunistas desde o Estado Novo, em semiclandestinidadade ou mesmo na clandestinidade total, e que redundou na criação da central Intersindical, em 1970. Por sua vez, o PS, com praticamente nenhuma penetração sindical, temia duas fortes consequências: o ainda maior fortalecimento do PCP e da Intersindical e a perpetuação do seu próprio distanciamento das bases diante da impossibilidade de parir uma central sindical própria. No interior da classe trabalhadora e, majoritariamente, para a ala mais à esquerda do MFA – além do próprio PCP, por óbvio –, a unicidade sindical contava com maciço e entusiasmado apoio. Ao fim de um processo de intenso e turbulento de debate público, com a frontal oposição do PS – que ensaiou a sua primeira ameaça de abandono do governo – e até da Igreja Católica (Telo, 2016b), a unicidade sindical foi aprovada em 21 de janeiro de 1975.

No que diz respeito à questão econômica, como não poderia ser diferente, constituía-se na pedra de toque do embate entre a perspectiva revolucionária, se levada às últimas consequências (no sentido de uma transição socialista), e a tentativa de restaurar o ambiente capitalista em Portugal, com ou sem social-democracia. E neste aspecto, para além da recusa, oposição e boicote ao PREC protagonizado pelos partidos e organizações de direita e extrema-direita, as divisões entre PCP e PS e entre as alas que cada vez mais claramente se distinguiam no interior do MFA compareceram todas ao mesmo tempo. O certo é que o projeto das nacionalizações vocalizava uma disposição de enfrentamento explícito das forças do capital, interno e externo. Ou, dito de outra maneira, dava consequência prática ao discurso socialista que se instalara com força tão logo teve início o PREC, sob uma conjuntura de profunda crise econômica e reorganização da direita – embora, neste momento, parcialmente derrotada no seu golpismo. Passados alguns meses desde o 25 de abril, era manifesta entre os trabalhadores, com suas greves recorrentes, e também nas fileiras mais à esquerda do MFA, uma poderosa impaciência com o relativo impasse de um processo revolucionário que precisava continuar a avançar. O boletim do MFA, em seu número de 12 de novembro de 1974, não poderia ter sido mais direto:

Poder-se-á dizer que, neste momento, o poder político é detido por forças progressistas da sociedade portuguesa. Contudo, é importante não esquecer que numa sociedade com as características da nossa, em que predominam as estruturas capitalistas, o elemento econômico é o determinante, e este encontra-se, tal como em 24 de Abril, em poder dos grandes grupos capitalistas (capital financeiro) e dos grandes proprietários rurais, que algumas perturbações têm causado ao processo de democratização em curso. [...]. O

poder económico continua nas mãos daqueles que foram os grandes beneficiários do regime deposto em 25 de Abril. Não admira, portanto, as sabotagens económicas que têm sido tentadas e parcialmente concretizadas nalguns casos. [...] a consolidação da democracia em Portugal passa necessariamente por medidas que apontem desde já para uma democratização económica. (*apud* Rodrigues, Borga e Cardoso, 1976, p. 105)

A resposta dos setores moderados do MFA à disposição do primeiro-ministro de levar a revolução a fundo foi a criação de um grupo de trabalho, ainda em outubro de 1974, chefiado pelo ministro sem pasta e membro do Conselho dos Vinte (CV),¹⁷ Melo Antunes, com a tarefa de apresentar, em tempo breve, um plano de ação para a economia. O Programa de Política Económica e Social (PPES) – ou *Plano Melo Antunes*, como ficou conhecido – foi aprovado em 7 de fevereiro de 1975, depois de ter sido recusado e reformulado duas vezes. As críticas e as reações negativas partiram dos setores gonçalvistas presentes nas assembleias do MFA e mesmo de parte do CV, dos que consideraram o plano por demais moderado e social-democrata. A versão final enfim aprovada propunha “um modelo de terceira via entre o capitalismo e as coletivizações [...] sem, no entanto, questionar o direito à propriedade privada e à livre iniciativa”. (Rezola, 2022, p. 69) Assim, os setores moderados, tanto entre os militares como também entre as forças políticas que compunham o governo, à direita e em parte também à esquerda (PS à frente), em um primeiro momento lograram impor um dique de contenção ao gonçalvismo, de momento sustando as nacionalizações e freando a reforma agrária.

Mas chega o 11 de março de 1975, com mais uma tentativa de golpe, desta vez ainda mais robusta, liderada por Spínola, com o fito de garrotar o processo revolucionário, tocar os militares de volta para os quartéis, restaurar plenamente o ambiente capitalista em Portugal e restituir o império ultramar. Diante de mais um fracasso de uma intentona, é a revolução que não pestaneja e acelera os seus passos. O executivo se fortalece e, com ele, os setores golçalvistas e sua plataforma – que até o momento haviam sido em maior medida contidos. O MFA institucionaliza-se aceleradamente e a instável balança interna do movimento pende decididamente para a esquerda. Tinha início o “verão quente”.

1.3. Terceira Fase (IV ao VI GP)

O IV GP assumirá suas funções a 26 de março, com Vasco Gonçalves mantido no cargo de primeiro-ministro e Costa Gomes ainda como presidente. Mario Soares foi afastado dos negócios estrangeiros, substituído na função por Melo Antunes, mas manteve-se no governo como ministro sem pasta. O setor gonçalvista, ligado ao PCP-MDP/CDE,¹⁸ ampliou sua influência e passou a contar com cinco ministérios. Pouco

¹⁷ “Organismo militar, também conhecido como Conselho Superior da Revolução, antecedente direto do Conselho da Revolução, que vigorou entre outubro de 1974 e março de 1975. Constituído no rescaldo dos acontecimentos de 28 e setembro [...]”. (Rezola, 2016d, p. 297)

¹⁸ O Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) foi fundado em 1969, ainda sob a ditadura do Estado Novo, e constituiu-se em importante organização política da chamada Oposição Democrática. Sua atuação se deu sobretudo através das comissões democráticas eleitorais (CDEs), concorrendo aos pleitos legislativos. (Tengarrinha, 2016)

antes, porém, dias após o 11 de março, em assembleia, o MFA aprovava um amplo programa de nacionalizações, a reforma agrária e a sua própria institucionalização, a serem formalizadas pelo governo. Ato contínuo, o CE aprovou a Lei Constitucional 5/75, que estabelecia a extinção da JSN e do próprio CE, além da criação do Conselho da Revolução (CR) – que sucede ao CV – e de uma remodelada Assembleia do MFA, detentora de amplos poderes. (Telo, 2016c) Ao sustentar a ação política de garantia do programa e aprofundamento da revolução, o MFA contava com o seu braço armado, o COPCON. Mas as divisões internas do movimento se fariam apresentar também na relação deste organismo, liderado pelo coronel Otelo Saraiva,¹⁹ com o governo provisório. Cada qual, Gonçalves e Otelo, expressava uma determinada linha política, frontalmente antagônicas, embora pertencentes ao mesmo campo político de esquerda, quais sejam, respectivamente, o PCP e as organizações da dita extrema-esquerda, de inspiração maoísta estas últimas, que recusavam o que compreendiam ser uma excessiva moderação dos comunistas para fazer avançar a revolução.

Logo no dia 14 de março, o recém-criado CR, em sua primeira reunião e assumindo papel efetivo de governo, aprovou resolução que exigia do governo provisório a reforma agrária e um programa de nacionalizações - uma vez que a unicidade sindical já se consumara como vitória dos gonçalvistas ainda no GP anterior. Como atesta Loff:

[...] entre março e dezembro de 1975, 244 empresas foram nacionalizadas [...]. Os primeiros decretos, aprovados a 14 e 15 de março, abrangeram imediatamente todos os bancos e companhias de seguros de capital nacional, alcançando assim uma nacionalização indireta de um número considerável de empresas industriais e do setor de serviços. [...] nos meses seguintes [o Governo Provisório] procedeu à nacionalização de grandes empresas que operavam nos setores petrolífero (abril), dos transportes, da navegação e do serviços portuários (abril, junho e dezembro), do aço (abril), da energia elétrica (abril), dos cimentos (maio), das celuloses (maio), dos tabacos (maio), do vidro (agosto), da indústria extrativa (agosto), da química pesada (agosto), da cerveja (agosto), da construção naval (setembro), da agricultura (novembro) e da rádio e televisão (dezembro). No final do processo, o Estado português passou a deter um setor público produtivo globalmente semelhante ao francês, alemão-ocidental ou britânico. (Loff, 2022, p. 80)

Em paralelo, estavam marcadas para o mês de abril as eleições legislativas constituintes. Com receio de que um novo organismo, com a legitimidade do voto e com a crucial tarefa de produzir uma nova Carta Magna, pudesse afetar os rumos do processo revolucionário, o MFA, de início, tentou adiar o pleito eleitoral. Diante da recusa de Costa Gomes, a alternativa encontrada foi a assinatura de um pacto com os partidos, que deveriam se comprometer a não recuar das conquistas na formulação da nova Constituição. (Telo, 2016c) Tal acordo, assinado em 11 de abril, representou também

¹⁹ Outra das mais destacadas lideranças da Revolução, o coronel Otelo Saraiva [de Carvalho] participou do movimento dos capitães desde a primeira hora. Integrou a Comissão Coordenadora e teve papel decisivo na operacionalização do golpe de 25 de abril. Inicialmente defensor de posições políticas moderadas e da via social-democrata, foi se radicalizando à medida que o processo revolucionário se desenvolvia. Como comandante do COPCON desde a sua criação, teve papel importante na neutralização das tentativas golpistas de Spínola, a 28 de setembro de 1974 e 11 de março de 1975. (Cervelló, 2016d)

uma plataforma de acerto mínimo entre as diferentes alas do MFA. (Rodrigues, Borga e Cardoso, 1976) Ainda segundo os mesmos autores:

Fundamentalmente o Pacto visou, a troco da *realização de eleições verdadeiramente livres*, garantir ao MFA o direito de intervir em todos os órgãos de poder e de contribuir para a elaboração de um documento constitucional vincadamente progressista. O Pacto dava ao MFA um poder de intervenção que ia da vigilância ao funcionamento da Constituinte através de uma Comissão do MFA, até ao sancionamento das leis a elaborar pela Legislativa, a quem o CR, e só ele, poderia propor alterações à Constituição, passando pela possibilidade de influenciar decisivamente a eleição do Presidente da República. (Rodrigues, Borga e Cardoso, 1976, p. 192-193)

Nas eleições de 25 de abril, o PS foi o grande vencedor (37,8% dos votos), seguido pelo PPD (26,3%).²⁰ Já o setor gonçalvista, com o PCP à frente, conquistara apenas 16,5%.²¹ Este retrato da correlação de forças, no entanto, não significou de imediato mudanças na composição e na linha política do governo, que seguia com sua disposição de fazer avançar a revolução. Estava posto o embate entre a legitimidade revolucionária e a legitimidade eleitoral (Loff, 2022) – que o PS de Mário Soares soube explorar com maestria. Daí em diante, sem quaisquer rodeios, este partido assumiu a liderança de uma verdadeira concertação social de centro-direita, na recusa dos rumos do processo e em oposição frontal ao governo liderado por Vasco Gonçalves. Confrontos de rua no 1º de maio atestaram a tensão entre os gonçalvistas e os que se lhe opunham. O PS organizou grandes atos contra o governo em julho, no Porto e em Lisboa. Parte do MFA também se organizou para combater o gonçalvismo, estabelecendo as bases do que viria a ser o Grupo dos Nove (GN).²²

Neste momento de forte tensionamento, o PS decidiu provocar a queda do governo. Para tanto, o estopim foi o caso do jornal *República*, envolvido numa crise depois que os seus trabalhadores, organizados na Comissão Coordenadora dos Trabalhadores do “República” exigiram a demissão de toda a diretoria, a 19 de maio, acusando-a de fazer do jornal um órgão oficioso de imprensa do PS. Expurgado dos seus antigos proprietários, o PS lançou um ultimato ameaçando deixar o governo se à diretoria original o jornal não fosse restituído. Findo o prazo, cumpriu a promessa, no que foi seguido pelo PPD. A ala mais à esquerda do MFA, liderada por Otelo Saraiva, optou

²⁰ O Partido Social Democrata (PSD/PPD) foi fundado em maio de 1974, ainda com o nome de Partido Popular Democrático (PPD), tendo assumido a atual designação em outubro de 1976, com o intuito claro de disputar espaço com a centro-esquerda, embora de fato tenha sempre ocupado a posição de centro-direita no espectro político. (Stock e Montargil, 2016)

²¹ Manuel Loff, citando Antonio Reis, identifica “dois grandes blocos políticos-sociais” que o pleito eleitoral teria ajudado a demarcar com maior nitidez: “a maioria da classe operária da Grande Lisboa e do proletariado rural alentejano e ribatejano liderada pelo PCP e por partidos de extrema-esquerda em convergência precária [...] contra a maioria da pequena e média burguesia, dos trabalhadores de serviço, dos agricultores e da classe operária do resto do país, liderada pelo PS com o apoio do PPD e do CDS, a colaboração MRPP e a intervenção da Igreja Católica no Norte e Centro do país”. (Reis *apud* Loff, 2022, p. 90)

²² Também chamado de Grupo dos Operacionais, esta reunião de membros do MFA defensores de uma linha política à direita do gonçalvismo articulou-se após o 11 de março, que marca a guinada à esquerda mais significativa do PREC. (Cervelló, 2016e)

por não sair em socorro do primeiro-ministro.²³ Nos primeiros dias de agosto, Costa Gomes dissolveu o governo, mas manteve Vasco Gonçalves na sua chefia. (Telo, 2016c)

O movimento havia rachado em três pedaços:

Um setor permaneceu fiel ao governo. Outro o desejava mais à esquerda e defendia um modelo de poder popular e outro, mais moderado, parecia inclinar-se a um socialismo metido entre uma proposta social-democrata e a comunista. Três líderes militares encarnaram essas opções: o coronel Vasco Gonçalves, o major Otelo Saraiva e o major Melo Antunes. (Secco, 2005, p. 47-48)

O V GP assumirá suas funções no dia 8 daquele mês e não durará 30 dias, revelando, já de partida, a sua fraqueza. Mesmo o PCP, base fundamental de apoio do ainda primeiro-ministro, compreendeu a situação como insustentável e considerou a formação do novo gabinete “um erro”. (Telo, 2016d, p. 291) Já na véspera da posse, o documento do Grupo dos Nove foi lançado condenando a radicalização à esquerda de parte do MFA. A demarcação que o grupo estabelecia era muito nítida: em busca da reconstrução de um mínimo consenso no interior do movimento, a um só tempo desabonavam golçalvistas e otelistas, mas também recusavam a social-democracia europeia (mais afeita ao PS). Propunham então a “construção de uma sociedade socialista [...] aos ritmos adequados à realidade social concreta portuguesa [...], inseparável da democracia política”. (Loff, 2022, p. 106) Tendo perdido quase inteiramente a sua base de apoio, Vasco Gonçalves foi finalmente demitido em 12 de setembro, para não mais retornar à política.

A 19 de setembro tomou posse o que viria a ser o último governo provisório (VI GP) antes do fatídico 25 de novembro. A escolha do contra-almirante Pinheiro de Azevedo para chefiá-lo não foi fácil. Costa Gomes o considerou viável justo porque não mantinha vínculo formal com nenhum dos grupos em disputa no interior do movimento – embora a hegemonia do GN (dividida com o PS) tenha sido nítida na queda do governo anterior e na condução deste que se abria. A composição do gabinete apresentou-se de forma ainda mais complexa, diante de disposições contrárias que exigiam a exclusão ou a participação do PCP no governo. A solução de compromisso habilmente costurada por Mário Soares, então, admitia a participação dos três mais importantes partidos dos governos anteriores (o que incluía os comunistas), mas exigia que fosse respeitada a proporcionalidade dos resultados eleitorais para a Assembleia Constituinte. Dessa forma, o PS passou a ser o partido com o maior número de pastas.

Nada disso, porém, foi capaz de diminuir o fosso existente entre, de um lado, a dúbia disposição revolucionária do PCP – que combinou a busca de uma saída política conciliatória para o conflito com a organização de sua militância para a resistência ao golpe às vésperas do dia 25 de novembro (Rezola, 2007) –, um hesitante Otelo à frente de um COPCON com limitada capacidade de resistência, e a extrema-esquerda (civil e militar) ocupando as ruas de forma desafiadora; e de outro lado, a contrarrevolução liderada pelo PS e partidos do centro e da direita, a serviço da plena restauração capitalista. Rezola não deixa dúvida: “está hoje amplamente comprovada a existência de um amplo plano militar, aliando moderados e socialistas”. (Rezola, 2007, p. 259) O clima é de uma guerra civil iminente e a estratégia golpista é produzir “provocações controladas” (Telo, 2016e, p. 299), à espera de um pretexto para a ação militar. Loff resume:

²³ Declara, na ocasião, o general Otelo Saraiva: “as tropas sob o meu comando não lhe obedecem (a Vasco Gonçalves) nem tão pouco o querem como Primeiro-Ministro”. (Telo, 2016c, p. 290)

E os pretextos não faltaram. A 7 de novembro, a operação dos paraquedistas, sob o comando “moderado”, destruindo à bomba o emissor de Benfica da Rádio Renascença havia meses ocupado por forças da extrema-esquerda – depois de Otelo ter recusado durante meses promover alguma operação dessa natureza por ordem do Governo e do CR –; a 19, a ordem de dissolução do Regimento de Paraquedistas emitida pelo CEMFA; por último, no dia seguinte, a substituição de Otelo Saraiva de Carvalho por Vasco Lourenço à frente da Região Militar de Lisboa. (Loff, 2022, p. 109)

Se a imagem do VI GP e dos partidos que o sustentavam já não era grande coisa perante os trabalhadores organizados que pretendiam levar adiante o processo revolucionário, depois do episódio da Rádio Renascença²⁴ os seus profundos arranhões se tornaram incontornáveis. Numa só tacada, a repulsa à ação violenta do governo, com a parcial anuência do CR, uniu parte da esquerda e desencadeou a revolta dos paraquedistas,²⁵ que fatidicamente marcaria o último ato, intempestivo, da ação revolucionária no 25 de novembro. Neste dia, às centenas, decidiram ocupar as bases aéreas de Tancos, Monte Real, Montijo e Monsanto. Era o motivo que faltava para se pôr em movimento o plano político-militar elaborado em consórcio pelo GN, PS e coadjuvantes civis e militares. Tal plano, que previa a instauração do estado de sítio, como de fato se deu, logrou a desarticulação e derrota final do que ainda sobrava da luta política revolucionária, civil e militar. (Telo, 2016e) Embora ao fim das contas derrotados, o último comunicado dos paraquedistas, acusados de golpismo, é precioso:

Os acontecimentos de 28 de Setembro, de 11 de Março e da recente destruição da Rádio Renascença, em que as forças pára-quedistas foram utilizadas pelos contra-revolucionários, vieram conscientizar as forças pára-quedistas para a necessidade imperiosa de não tornarem a deixar-se enganar pela hierarquia e disciplina tradicionais repressivas. Assim, desenvolveu-se no interior das forças pára-quedistas uma dinâmica acção de conscientização política que jamais permitisse a sua utilização contra os objetivos socialistas da Revolução Portuguesa.

Afirmamos desde já que não se tratou de nenhum golpe militar como estamos a ser acusados.

[...]

Nós, pára-quedistas, reafirmamos estar com todas as forças revolucionárias portuguesas, não permitindo o golpe fascista que paira sobre o Povo Português e alertamos todos os militares para que nos acompanhem. (*apud* Rodrigues, Borga e Cardoso, 1976, p. 281-282)

²⁴ “A destruição da Rádio Renascença foi uma grave machadada no ímpeto das massas populares. Os trabalhadores portugueses, sentindo como sua a voz do emissor, nem por sonhos podiam pensar que depois do 25 de Abril uma acção daquelas fosse possível”. (Rodrigues, Borga e Cardoso, 1976, p. 251)

²⁵ Para Rodrigues, Borga e Cardoso, a partir do ímpeto de luta dos paraquedistas, dispostos a jogar toda a energia numa ação que poderia resultar inglória, para além do ambiente marcado pela ação contrarrevolucionária do governo e do terrorismo ostensivo da extrema-direita, pode-se compreender por que estes foram “os militares que, desde o 25 de Abril, sofreram sistematicamente as consequências do uso abusivo das tropas. Verificou-se isso no 28 de Setembro, no 11 de Março e agora na destruição do emissor da Rádio Renascença. Pagar com desprestígio perante o povo o facto de ser tropa de ‘élite’, altamente especializada e bem preparada – e por isso cobiçada – é facto que deixa marcas profundas”. (Rodrigues, Borga e Cardoso, 1976, p. 273)

Ato contínuo, até a sua dissolução, em julho de 1976 – após a eleição para a Presidência da República –, o VI GP administrou as suas vitórias e testemunhou o desenlace tenso e contraditório do terreno que pretendeu limpar. Com a extinção formal do COPCON já no dia seguinte ao 25 de novembro e o protagonismo das forças moderadas do MFA, o poder militar se redefiniu, a começar pelo próprio desaparecimento do movimento dos capitães. A consequente revisão do pacto MFA-Partidos concentraria agora no CR o papel de garante do espírito (já arranhado) do 25 de abril, mas também do processo de transição do período revolucionário para a institucionalização democrática. É para este órgão que migrará em peso o GN. Sua composição passará a contar ainda com a alta hierarquia militar e delegados vitalícios.²⁶ (Telo, 2016e)

Um capítulo decisivo deste papel, desempenhado por esta estrutura em transição, de contenção do processo revolucionário e também dos apetites reacionários da direita e das forças do capital – que terá consequências duradouras –, dá-se já no dia 26 de novembro, quando Melo Antunes, o decisivo “ideólogo dos 9”, pronuncia-se enfaticamente contra a ilegalização do PCP e a favor da continuidade da sua participação no governo. (Rodrigues, Borga e Cardoso, 1976, p. 294; Rezola, 2016e) Trata-se aqui não de mera simpatia pessoal expressa ocasionalmente, mas de reafirmação do papel das forças armadas como garantidoras das conquistas de abril, com vistas à construção plural e sem rupturas do socialismo. Nas palavras do próprio Melo Antunes, esta aposta assim se expressa: “nas condições concretas da sociedade portuguesa, o MFA pode ser o portador de um projecto nacional de transição pacífica para o socialismo, no qual colaborem todos os partidos”. (Antunes *apud* Rodrigues, Borga e Cardoso, 1976, p. 294)

A despeito do fracasso do projeto socialista que pretendia dispensar a ruptura – do qual não existem experiências históricas bem sucedidas que permitam atestar a sua validade –, não resta dúvida de que foi o fato revolucionário, por óbvio garantido em última instância pelas armas, que pariu a democracia portuguesa, franqueou uma Constituição avançada, impôs uma forma de Estado garantidora de importantes direitos sociais e que, como resultado de médio prazo, exigiu precaução das forças burguesas na luta contra o seu inimigo de classe. Nas eleições de 25 de abril de 1976, o PS seria o grande vitorioso a formar o primeiro governo após o fim do processo revolucionário, sob a chefia de Mário Soares.

Considerações Finais

Em texto publicado no ano de 2005, o historiador Lincoln Secco corretamente atestou, referindo-se ao Portugal pós-abril de 1974: “a burguesia foi temperada pelo medo da revolução”. (Secco, 2005, p. 73) Vinte e cinco anos antes, com sua acidez crítica habitual, o escritor José Saramago, analisando o cenário político português da época, denunciou: “Uns proclamam-se de esquerda, outros gabam-se de direita, todos se encontram no centro”. (Saramago, 2022 [1980], p. 107) Mesmo que distantes no tempo, e ainda que a primeira enalteça uma vitória e a outra se impacienta com uma derrota, as sentenças parecem se completar dialeticamente. A conta final do processo

²⁶ Quanto ao papel do CR sob esta nova conjuntura, uma vez cumprido o objetivo de pôr sob rédea os revolucionários, civis e militares, “paralelamente urgia conter a extrema-direita e, sobretudo um certo triunfalismo que dominou amplos setores civis e militares”. (Rezola, 2016e, p. 295)

revolucionário, que tão bem percebeu Secco, e que na política portuguesa assumiu a expressão que Saramago já captara com perspicácia, causa a impressão de um empate técnico, com margens de erro para mais ou para menos. Mas prevalece, acompanhando Saramago, um certo gosto de derrota.

Ainda assim, hoje já nos é possível suspeitar da validade plena deste diagnóstico, cinquenta anos depois da revolução. A perda de importância, inclusive eleitoral, da esquerda anticapitalista (onde não se inclui o PS), combinada ao importante crescimento eleitoral da extrema-direita portuguesa nas últimas eleições legislativas (10 de março de 2024),²⁷ talvez ajude a revelar o conteúdo oculto do empate na luta de classes, quando do que se trata é do refluxo de um momento da luta que logrou tensionar as relações de dominação que se expressavam na forma do Estado ditatorial português – e que foram suficientes, inclusive, para impor-lhe uma mudança na forma, mas que não conseguiu superá-las. Como Nicos Poulantzas (2000) bem notou, na esteira de Marx a respeito do capital em movimento, o Estado é também uma *relação*. Sua mudança de forma, portanto, em cada realidade nacional, implicada por múltiplas determinações (e um processo revolucionário é sem dúvida uma determinação de primeira ordem), indica-nos que este Estado não é *coisa* nem *sujeito* e tampouco é *pura dominação*. Mas justo porque, embora não apenas, é *também* dominação, como resultado da luta de classes pode quase sempre vergar sem quebrar.

Entender esta derrota histórica é o objetivo do *inventário*, do *conhece-te a ti mesmo*, de que nos falava Antonio Gramsci (1999). Desnudar o processo histórico que até aqui nos trouxe e deixou suas marcas, tanto do aprendizado que a luta produziu quanto das mistificações, não é mero diletantismo, mas parte indispensável da preparação do próximo ciclo de lutas, dos próximos 50 anos, quem sabe. Se é assim, seguir perguntando por que a Revolução dos Cravos foi, em última análise, contida, não é nem de longe um passadismo. A culpabilização de um ou outro agente particular pelo assalto aos céus que não se completou, parece-nos, é indevida, posto que ignora as múltiplas determinações (internas e externas) expressas na sociedade portuguesa dos anos 1970. A escolha do PCP por uma “solução política” (e não insurrecional) (Cunhal, 2016) durante e depois do *verão quente*, ainda que até hoje mobilize o debate historiográfico (Rezola, 2007; Varela, 2011; Madeira, 2016; Loff, 2022, entre outros), parece-nos questão menos relevante do que a pergunta incontornável que os tempos de agora nos impõem – inclusas, por óbvio, as mediações necessárias para cada realidade nacional: quais os meios e qual a forma a ser assumida por um partido revolucionário? Dramaticamente, diante de uma extraordinária fragmentação, desarticulação e derrota teórico-estratégica dos que vivem exclusivamente da venda da sua força de trabalho, no mundo, a necessidade histórica que esta pergunta encerra talvez nunca tenha sido tão urgente, justo no momento de maior perigo de nos *entregarmos às classes dominantes, como seu instrumento*. (Benjamin, 1994) Tendo sido *abril* “a última revolução do velho modelo ou a primeira tentativa de uma nova revolução” (Secco, 2005, p. 49), eis o nó prático e teórico que os cravos (aveludados apenas na *aparência*) têm posto na ordem do dia há cinco décadas.

²⁷ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/11/desafio-do-partido-vencedor-em-portugal-e-nao-repetir-exemplo-do-psdb-com-a-extrema-direita-diz-analista>>. Acesso em: 16/07/2024.

Referências

- AMARAL, Luciano. “Economia” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016, v. 3, p. 262-274.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, v. 1, p. 222-232.
- CARMO, Isabel do. *Luta armada*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2017.
- CERVELLÓ, Josep Sançhéz. “Alves, Vítor Manuel Rodrigues” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016a, v. 1, p. 122-128.
- CERVELLÓ, Josep Sançhéz. “Gonçalves, Vasco dos Santos” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016b, v. 4, p. 247-260.
- CERVELLÓ, Josep Sançhéz. “Comando Operacional do Continente (COPCON)” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016c, v. 2, p. 203-211.
- CERVELLÓ, Josep Sançhéz. “Carvalho, Otelo Saraiva de” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016d, v. 2, p. 119-133.
- CERVELLÓ, Josep Sançhéz. “Grupo dos Operacionais (dos Nove)” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016e, v. 4, p. 329-335.
- CUNHAL, Álvaro. *A verdade e a mentira na Revolução de Abril (a contra-revolução confessa-se)*. Lisboa: Editorial Avante, 2016.
- FERREIRA, José Medeiros; MATTOSO, José (edit.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, v. 8.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, v. 3.
- LOFF, Manuel. “A revolução, do 11 de março ao 25 de novembro de 1975: impulso, auge e refluxo”. In: ROSAS, Fernando. *Revolução portuguesa, 1974-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2022, p. 78-120.
- MADEIRA, João. “Partido Comunista Português (PCP)” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016, v. 6, p. 252-266.
- NEVES, Orlando (org.). *Textos históricos da revolução*. Coleção Teoria e Prática. Lisboa: Diabril Editora, 1975, v. 4.
- POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra (Graal), 2000.
- REIS, Antonio. “Revolução de 25 de abril de 1974” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2018, v. 7, p. 195-204.

- REIS, Antonio. “Partido Socialista (PS)” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016, v. 6, p. 309-329.
- REZOLA, Maria Inácia. “Definindo o poder político-militar (do 25 de abril ao 11 de março)”. In: ROSAS, Fernando. *Revolução portuguesa, 1974-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2022, p. 43-74.
- REZOLA, Maria Inácia. “Junta de Salvação Nacional” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016a, v. 5, p. 146-153.
- REZOLA, Maria Inácia. “Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016b, v. 2, p. 222-227.
- REZOLA, Maria Inácia. “Antunes, Ernesto Augusto de Melo” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016c, v. 1, p. 174-183.
- REZOLA, Maria Inácia. “Conselho dos Vinte” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016d, v. 2, p. 297-302.
- REZOLA, Maria Inácia. “Conselho da Revolução” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016e, v. 2, p. 281-297.
- REZOLA, Maria Inácia. *25 de abril: mitos de uma revolução*. Lisboa: A esfera dos livros, 2007.
- RODRIGUES, Avelino; BORGA, Cesário; CARDOSO, Mário. *Portugal depois de abril*. Lisboa: Intervoz, 1976.
- RODRIGUES, Avelino; BORGA, Cesário; CARDOSO, Mário. *O movimento dos capitães e o 25 de abril: 229 dias para derrubar o fascismo*. Lisboa: Moraes Editores, 1974.
- ROSAS, Fernando. “Do golpe militar à revolução”. In: ROSAS, Fernando. *Revolução portuguesa, 1974-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2022, p. 11-41.
- SARAMAGO, José. *Folhas políticas*. 4ª ed. Porto: Porto Editora, 2022.
- SECCO, Lincoln. *25 de abril de 1974: a Revolução dos Cravos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- SPÍNOLA, António de. *Portugal e o futuro*. Lisboa: Arcádia, 1974.
- STOCK, Maria José; MONTARGIL, Filipe. “Partido Popular Democrático (PPD)” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016, v. 6, p. 273-289.
- TELO, António José. “II Governo Provisório” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016a, v. 4, p. 274-279.
- TELO, António José. “III Governo Provisório” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016b, v. 4, p. 279-284.

TELO, António José. “IV Governo Provisório” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016c, v. 4, p. 284-291.

TELO, António José. “V Governo Provisório” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016d, v. 4, p. 291-293.

TELO, António José. “VI Governo Provisório” [verbete]. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016e, v. 4, p. 293-304.

TENGARRINHA, José. “Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE)”. In: REIS, Antonio; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.). *Dicionário de História de Portugal: o 25 de abril*. Porto: Figueirinhas, 2016, v. 6, p. 73-82.

VARELA, Raquel. *A história do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand, 2011.

Recebido em 25 de julho de 2024

Aprovado em 06 de novembro de 2024